

Marx, Engels e as fases históricas do modo de produção capitalista.

Data	Junho de 2015
Autor	Robin Goodfellow
Versão	1.0

Sumário

SUMÁRIO	2
1. OS PRIMÓRDIOS DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: COOPERAÇÃO, MANUFATURA E A SUBORDINAÇÃO FORMAL DO TRABALHO AO CAPITAL. ..	3
1.1 Uma história em três tempos	3
1.2 A cooperação	3
1.3 A manufatura	6
2. O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA MODERNO: A GRANDE INDÚSTRIA E A SUBORDINAÇÃO REAL DO TRABALHO AO CAPITAL	8
2.1 Características	8
2.2 O desenvolvimento do capital fixo e da produtividade do trabalho	8
2.3 Superpopulação relativa.	8
2.4 O desenvolvimento da ciência	9
2.5 Crises de Superprodução	10
2.6 O novo mercado mundial.....	11
2.7 Poder político	12

1. Os primórdios do modo de produção capitalista: cooperação, manufatura e a subordinação formal do trabalho ao capital.

1.1 Uma história em três tempos

A Europa ocidental é o berço do modo de produção capitalista. Todavia, para Marx e Engels, este modo de produção não tem um desenrolar linear e seu desenvolvimento passa por períodos diferentes, sendo interessante mostrar suas especificidades.

Esses três estágios são descritos no *Capital*¹:

- A cooperação
- A manufatura
- A grande indústria

1.2 A cooperação

A cooperação é a base de todos os outros. Caracteriza-se pela mobilização de uma força de trabalho coletiva sob o mando do capital no domínio de uma oficina ou de uma fazenda, pois o arrendatário capitalista é o primeiro grande representante da classe capitalista. Qualquer que seja a época, o objetivo da produção capitalista é maximizar a produção de mais-valia. Entretanto, no âmbito da cooperação ou da manufatura o procedimento de trabalho é herdado das antigas formas de produção; portanto, aqui a subordinação do trabalho ao capital é meramente formal. Este conceito de subordinação do trabalho ao capital (formal e real) foi (re)descoberto com a publicação do capítulo inédito de *O Capital*. Na

¹ “Os termos de economia empregados neste trabalho coincidem, sempre que novos, com os da edição inglesa de *O Capital* de Marx. Designamos como “produção de mercadorias” aquela fase econômica em que os objetos não são produzidos apenas para o uso do produtor, mas também para fins de troca, isto é, como mercadorias e não valores de uso. Esta fase vai desde os alvares da produção para troca até os tempos presentes, mas só alcança o seu pleno desenvolvimento sob a produção capitalista, isto é, sob as condições em que o capitalista, proprietário dos meios de produção, emprega, em troca de um salário, operários, homens despojados de qualquer meio de produção, exceto a sua própria força de trabalho, e embolsa o excedente do preço de venda dos produtos sobre o seu custo de produção. Dividimos a história da produção industrial desde a Idade Média em três períodos:

- 1) indústria artesanal, pequenos mestres artesãos com alguns oficiais e aprendizes, em que cada operário elabora o artigo completo;
- 2) manufatura, em que se congrega num completo estabelecimento um número considerável de operários, elaborando-se o artigo completo de acordo com o princípio da divisão do trabalho, onde cada operário só executa uma operação parcial, de tal forma que o produto só está completo e acabado quando tenha passado sucessivamente pelas mãos de todos;
- 3) indústria moderna, em que o produto é fabricado mediante a máquina movida pela força motriz e o trabalho do operário se limita a vigiar e retificar operações do mecanismo.” (Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* – Prefácio à 1ª edição inglesa, 1892).

“O papel histórico do modo capitalista de produção e do seu portador –a burguesia– consistiu precisamente em concentrar e desenvolver esses dispersos e mesquinhos meios de produção, transformando-os nas poderosas alavancas produtoras dos tempos atuais. Esse processo, que a burguesia vem desenvolvendo desde o século XV e que passa historicamente pelas três etapas da cooperação simples, da manufatura e da grande indústria é minuciosamente exposto por Marx na Seção IV de *O Capital*.” (Engels, *Socialismo Utópico e Socialismo Científico*, 1880).

realidade, o termo já está presente na obra publicada com Marx ainda vivo, o que fornece uma indicação particular quanto à sua tradução².

² A transformação do próprio modo de produção por meio da subordinação do trabalho ao capital só pode ocorrer posteriormente, razão pela qual deve ser tratada mais adiante” (Marx, O Capital, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.114).

“O leitor se recorda que a produção de mais-valor [apesar de a edição da Boitempo traduzir o conceito de Mehrwert por “mais-valor”, preferimos utilizar no texto o termo mais conhecido de “mais-valia” – NdR] ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e a finalidade específicos da produção capitalista, abstraindo das transformações do próprio modo de produção decorrentes da subordinação do trabalho ao capital” (Marx, O Capital, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.148).

“No interior do processo de produção, o capital se desenvolveu para assumir o comando sobre o trabalho, isto é, sobre a força de trabalho em atividade, ou, em outras palavras, sobre o próprio trabalhador. O capital personificado, o capitalista, cuida para que o trabalhador execute seu trabalho ordenadamente e com o grau apropriado de intensidade.

“O capital desenvolveu-se, ademais, numa relação coercitiva, que obriga a classe trabalhadora a executar mais trabalho do que o exigido pelo círculo estreito de suas próprias necessidades vitais. E como produtor da laboriosidade alheia, extrator de mais-trabalho e explorador de força de trabalho, o capital excede em energia, desmedida e eficiência todos os sistemas de produção anteriores baseados no trabalho direto compulsório.

“Inicialmente, o capital subordina o trabalho conforme as condições técnicas em que historicamente o encontra. Portanto, ele não altera imediatamente o modo de produção. Razão pela qual a produção de mais-valor, na forma como a consideramos até agora, mostrou-se independente de qualquer mudança no modo de produção” (Marx, O Capital, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.152).

“A classe dos assalariados, surgida na segunda metade do século XIV, constituía nessa época, e também no século seguinte, apenas uma parte muito pequena da população, cuja posição era fortemente protegida, no campo, pela economia camponesa independente e, na cidade, pela organização corporativa. No campo e na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente próximos. A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda um caráter especificamente capitalista. O elemento variável do capital preponderava consideravelmente sobre o constante. Por isso, a demanda de trabalho assalariado crescia rapidamente com cada acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado a seguia apenas lentamente. Grande parte do produto nacional, mais tarde convertida em fundo de acumulação do capital, ainda integrava, nessa época, o fundo de consumo do trabalhador” (Marx, O Capital, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.298).

“A extensão da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador teria produzido apenas um equivalente do valor de sua força de trabalho, acompanhada da apropriação desse mais-trabalho pelo capital – nisso consiste a produção do mais-valor absoluto. Ela forma a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida da produção do mais-valor relativo. Nesta última, a jornada de trabalho está desde o início dividida em duas partes: trabalho necessário e mais-trabalho. Para prolongar o mais-trabalho, o trabalho necessário é reduzido por meio de métodos que permitem produzir em menos tempo o equivalente do salário. A produção do mais-valor absoluto gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.

“Ela supõe, portanto, um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real” (Marx, O Capital, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.217).

A nota publicada nesta altura pelo editor Maximilian Rubel da tradução em francês para a Bibliothèque de la Pléiade, salienta que a edição francesa de J. Roy (1872-1875), revisada por Marx, descartava aqui, em relação ao original em alemão, cerca de 50 linhas contendo as definições. Tal não é o caso das traduções baseadas, por exemplo, na 4ª Edição alemã do Livro 1, como a da Boitempo.

A subordinação do trabalho ao capital não foi uma ideia extraída da fértil mente de Marx.

“Voltemos, no entanto, à nossa primeira investigação, que demonstra [...] que o próprio capital não é mais do que produto de trabalho humano... de modo que parece completamente incompreensível que o homem pudesse cair sob o domínio de seu próprio produto – o capital – e subordinar-se a ele; e, como é inegável que, na realidade, é isso que ocorre, impõe-se espontaneamente a pergunta: como pôde o trabalhador transformar-se de dominador do capital – como criador deste último

Ainda que a cooperação (simples) não corresponda a um único período histórico (ela alastra-se por todas as épocas enquanto que as outras formas de cooperação se desenvolvem apenas com a manufatura propriamente dita ou, ainda, a grande indústria), ela cobre as origens da produção capitalista com, de um lado, a gênese da classe capitalista e, de outro, o surgimento de uma classe de homens que possui somente sua força de trabalho para vender no mercado. Marx parece assim ligá-la à grande agricultura, baseada em técnicas de produção inalteradas e ao nascimento das primeiras manufaturas³ (antes da época manufatureira propriamente dita; aqui a divisão do trabalho também é idêntica à da oficina das corporações, ainda que em maior escala produtiva). Essas manufaturas são o produto dos efeitos retroativos do desenvolvimento (e de seu surgimento em novos centros) do capital mercantil⁴. Podemos estabelecer uma ligação entre a cooperação simples e a época quando se configura a “acumulação primitiva do capital”.

É preciso então concretizar o encontro entre o possuidor de dinheiro, o capitalista, que adianta o dinheiro tendo em vista uma produção a ser vendida com lucro e o trabalhador livre por ele assalariado. Este processo atinge diversos países e a Itália é o berço da produção capitalista. Entretanto, Marx geralmente se refere à Inglaterra por ser o país onde é mais nítido o processo de expropriação da população camponesa, condição fundamental para a existência de um trabalhador livre. O salariado é anterior ao modo de produção capitalista (Marx, por exemplo, alude ao exército romano). Nos poros da sociedade medieval, precisamos pois encontrar um capitalista cuja produção tem por destino a venda, um capitalista que adianta dinheiro ou capital (não é indiferente que o salário possa ser parcialmente em produtos naturais, pois quanto maior a fração monetária, maior é a liberdade do trabalhador; a relação capitalista, todavia, não é alterada). Quando o dinheiro é gasto sob a forma de renda (o que é feito pelos Estados, pelas cidades, ou por aqueles que empregam trabalhadores domésticos), o salariado não é produtivo no sentido capitalista do termo. Não há dúvida de que há formas de transição, como no caso do salário em espécie ou do camponês incapaz de produzir o suficiente em sua própria terra e que complementa sua renda trabalhando como assalariado para um camponês próspero (quanto maior a sazonalidade da produção, maior a expressão deste fenômeno). Entretanto, esta classe não é totalmente desprovida de amarras territoriais. Mesmo quando se manifesta sob a forma de servos fugitivos que se amontoam na cidade sem poderem ingressar nas corporações e tornarem diaristas, ela somente auxilia no crescimento de uma plebe controlada e vigiada pelos poderes comunais⁵. Analogamente, a existência

– em escravo do capital?”, Von Thünen, *Der isolirte Staat* (Rostock, 1863), segunda parte, seção II, p. 5-6. Thünen possui o mérito de ter formulado a pergunta. Sua resposta é simplesmente pueril” (Von Thünen citado por Marx, *O Capital*, L.I, Boitempo Editorial– edição eletrônica, nota 77a, p.422).

³ “Em sua configuração simples, que consideramos até o momento, a cooperação coincide com a produção em maior escala, porém não constitui uma forma fixa, característica de um período particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista. No máximo, ela se aproxima dessa forma nos primórdios ainda artesanais da manufatura e em toda espécie de grande agricultura, que corresponde ao período manufatureiro e só se distingue essencialmente da economia camponesa pela quantidade de trabalhadores simultaneamente empregados e pelo volume de meios de produção concentrados. A cooperação simples continua a predominar naqueles ramos de produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem um papel significativo” (Marx, *O Capital*, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.164).

⁴ “A divisão do trabalho entre as diferentes cidades teve como consequência imediata o nascimento das manufaturas, os ramos da produção que ultrapassavam o âmbito do sistema corporativo. O primeiro florescer das manufaturas – na Itália e, mais tarde, em Flandres – teve como seu pressuposto histórico o intercâmbio com nações estrangeiras. Noutros países – Inglaterra e França, por exemplo – as manufaturas limitavam-se, inicialmente, ao mercado interno. As manufaturas, além dos pressupostos já referidos, têm ainda como pressuposto uma concentração avançada da população – especialmente no campo – e do capital, que começa a acumular-se em poucas mãos, em parte entre as corporações, apesar das leis corporativas, e em parte entre os comerciantes” (Engels, Marx, *A Ideologia Alemã*, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.55).

⁵ “Esses trabalhadores, que chegavam isoladamente, não conseguiam nunca constituir uma força, pois, uma vez que seu trabalho era de tipo corporativo e precisava ser aprendido, os mestres da corporação os subjugavam e os organizavam segundo seus interesses, ou então, quando o seu trabalho não tivesse de ser aprendido e, por isso, não fosse corporativo, mas sim trabalho diariamente remunerado, os trabalhadores não chegavam a formar uma organização, permanecendo como

do salariado, anterior ao modo de produção capitalista, permite a existência de uma classe que precisa se assalariar para viver, podendo assim eventualmente passar sob o domínio do capital (o que ocorre, por exemplo, com a demissão das cortes senhoriais ou dos exércitos de mercenários), ainda que seja preciso baixar uma legislação sanguinária para admitir os sem reserva na produção capitalista.

Pelos lados da classe capitalista, a emergência de uma classe de mercadores (já presente nas cidades antigas) e da divisão do trabalho que a acompanha potencializa um novo impulso às cidades e estimula uma divisão do trabalho entre elas. Entre suas mãos, mas também entre as de alguns artesãos independentes ou chefes de corporações, um capital começa a se acumular. O arrendatário capitalista é ao mesmo tempo o capitalista mais antigo e o que mais demora a se afirmar na forma mais adequada. Na Inglaterra, o arrendatário livre, ele mesmo produto de uma longa evolução, desponta na segunda metade do século XIV, mas o proprietário também lhe fornece o capital. Outras evoluções rapidamente desembocarão no arrendatário capitalista moderno, que adianta o capital e paga uma renda ao proprietário da terra. Finalmente, as formas antediluvianas do capital, o capital comercial e o capital usurário, por muito tempo impedidos de se converterem em capital industrial, puderam, não sem resistência, investir nas manufaturas e na organização do trabalho a domicílio.

Marx considera que desde a segunda metade do século XIV⁶ já haja um proletariado próprio ao modo de produção capitalista. Assim, podemos grosseiramente delimitar este período da produção capitalista entre 1350 e 1550. Ao mesmo tempo, nele dá-se o nascimento e a infância da produção capitalista, pois é somente no século XVI, com o período manufatureiro propriamente dito, que se inicia a era capitalista⁷.

1.3 A manufatura

Assim como na cooperação, há antes uma diferença quantitativa. Uma quantidade importante de operários é reunida sob o comando do capital. Mas com o período manufatureiro propriamente dito entramos na era capitalista⁸. Abandonamos as formas rudimentares da cooperação, da grande oficina e das primeiras manufaturas, por uma cooperação baseada na divisão do trabalho.

A manufatura que se baseia no ofício introduz e refina a divisão do trabalho. Ela pode tanto reunir ofícios distintos que, ao aplicarem seus conhecimentos em um mesmo objeto, acabam por adquirir um caráter especializado e se tornam um componente da produção em questão (por exemplo, a carruagem), como um mesmo ofício que, ao realizar diversas operações para fabricar um objeto, é cindido em suas diversas tarefas que ficam sob a responsabilidade de um tipo de operário (por exemplo, na manufatura de alfinetes).

uma plebe desorganizada. Nas cidades, a demanda por trabalho diariamente remunerado originou a plebe” (Engels, Marx, A Ideologia Alemã, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.53).

⁶ Marx, O Capital, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.298; ver nota [2]

⁷ “O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu” (Marx, O Capital, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.293).

⁸ “A cooperação fundada na divisão do trabalho assume sua forma clássica na manufatura. Como forma característica do processo de produção capitalista, ela predomina ao longo do período propriamente manufatureiro, que, em linhas gerais, estende-se da metade do século XVI até o último terço do século XVIII” (Marx, O Capital, L.I, Boitempo Editorial – edição eletrônica, p.165).

A manufatura nasce com a divisão do trabalho entre as grandes cidades decorrente do desenvolvimento de um capital comercial que se separa do artesanato e das corporações. A manufatura impera inicialmente na tecelagem. Havia neste ramo de atividade um mercado e o trabalho dependia de máquinas. Ao mesmo tempo em que destrói certos ramos de atividade baseados no trabalho doméstico no campo, a manufatura promove o renascimento de outros que, diretamente ou pelo intermédio de comerciantes, abastecem as manufaturas, especialmente em matérias-primas.

A própria fase manufatureira pode ser dividida em dois períodos, o primeiro indo de meados do século XVI à metade do século XVII, e o seguinte que finda no último terço do século XVIII.

O primeiro período caracteriza-se pelo desenvolvimento de um mercado mundial sob o impulso das grandes descobertas, da colonização e da rota marítima das Índias Orientais. Com um mercado mundial à disposição, as manufaturas passam por uma grande expansão enquanto a colonização exacerba a luta entre as nações. O comércio e a manufatura progredem rapidamente, enquanto rui o mundo das corporações.

O segundo período notabiliza-se pelo fortalecimento do domínio dos comerciantes (e até dos armadores marítimos) em relação aos manufatureiros. As colônias e a partilha do globo entre as grandes potências atizam o jogo das potências que se resolvem por guerras. A Inglaterra, maior potência marítima, domina então o comércio e a manufatura. Os comerciantes suplantam os manufatureiros, enquanto se desenvolvem os bancos, a especulação, os sistemas monetário e financeiro.

As manufaturas não podem prescindir de um sistema protecionista nem do domínio de um mercado econômico, o que supõe as colônias. De fato, tão logo ocorre o desenvolvimento da produtividade permitido pela reunião de uma força de trabalho coletiva e a otimização do trabalho, a produção de mais-valia aumenta apenas com o crescimento da força de trabalho ativa e o prolongamento da jornada de trabalho, isto é, a produção de mais-valia absoluta. Não se destaca a produtividade relativa entre as nações, demandando pois um protecionismo.

Assim, ainda estão ausentes as bases materiais para as crises de superprodução e para a existência de uma superpopulação relativa. Somente as flutuações do salário e do emprego podem definir um ciclo percorrido por crises financeiras. A burguesia industrial, a fração mais ativa da burguesia, ainda se mantém na defensiva quando se trata do domínio do mercado mundial (o capital comercial é quem assegura a formação dos preços mundiais) ou da dominação política.

Esta nova configuração de um mercado mundial onde domina a Inglaterra abre um mercado que a manufatura tem dificuldade em satisfazer, e fomenta uma nova revolução nas forças produtivas ao criar uma grande indústria capaz de arregimentar forças naturais a serviço da produção, de levar a cabo a divisão do trabalho, de criar um novo mercado mundial, de promover o livre-câmbio de mercadorias e de assegurar a dominação do capital industrial no qual todo capital é transformado.

2. O modo de produção capitalista moderno: a grande indústria e a subordinação real do trabalho ao capital

2.1 Características

A emergência da grande indústria produz uma revolução. A revolução industrial, datada por Marx em 1735 conforme vimos, inaugura o estabelecimento de um processo de produção especificamente capitalista. O processo de trabalho é revolucionado. Na fábrica que sucede a manufatura existe doravante uma tecnologia própria a este modo de produção, enquanto que a ciência é arremessada a serviço do capital; a subordinação do trabalho ao capital torna-se real. O capital pode lançar-se na produção da mais-valia relativa, desenvolver a força produtiva do trabalho como se fosse ilimitada. Em um momento inicial, o maquinismo permite simultaneamente os aumentos da mais-valia relativa e da mais-valia absoluta – pois a máquina vence a resistência operária baseada no ofício – desqualificando a força de trabalho. Também é nesta época que finda a separação entre o trabalho industrial e o trabalho agrícola⁹. Antes limitada a uma base local devido à disponibilidade de matérias-primas, a produção capitalista assume um caráter universal.

2.2 O desenvolvimento do capital fixo e da produtividade do trabalho

O capital fixo adquire uma importância crescente na produção e o período de rotação deste capital fixo torna-se um elemento explicativo do ciclo periódico que percorre a produção capitalista moderna (a partir de 1825), ciclo que termina nas crises de superprodução cuja gravidade tende a aumentar. Ao desenvolver o capital fixo, a produtividade do trabalho aumenta e com ela a massa de mercadorias produzidas. A relação entre o capital constante e o capital variável, denominada por Marx de composição orgânica do capital, tende a aumentar.

2.3 Superpopulação relativa.

A acumulação do capital e o revolucionamento constante dos métodos de produção que a acompanha favorecem, portanto, a criação de uma superpopulação relativa¹⁰. No sentido oposto, poderíamos cunhar o termo de superpopulação absoluta para os casos em que o desenvolvimento da população produtiva em busca de um emprego excede os “limites da riqueza em vias de acumulação”. Este fenômeno já ocorria nos períodos anteriores ao modo de produção capitalista moderno¹¹, mas a criação

⁹ “Não é preciso lembrar que os grandes progressos da divisão do trabalho começaram na Inglaterra depois da invenção das máquinas. Assim, os tecelões e os fiadeiros eram em sua maioria camponeses, tal como ainda acontece nos países atrasados. A invenção das máquinas acabou de separar a indústria manufatureira da indústria agrícola. O tecelão e o fiadeiro, reunidos outrora numa só família, foram separados pela máquina” (Marx, A Filosofia da Miséria, extraído de: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/miseria/cap05.htm>).

¹⁰ “A lei do decréscimo proporcional do capital variável e da correspondente diminuição na demanda por trabalho relativo, tem assim por corolário o aumento absoluto do capital variável e o aumento absoluto da demanda de trabalho em uma proporção decrescente e, por complemento, a produção de uma superpopulação relativa. Chamamo-la de “relativa” pois ela advém não de um acréscimo positivo de uma população operária que ultrapassaria os limites da riqueza em via de acumulação, mas, ao contrário, de um acréscimo acelerado do capital social que lhe permite dispensar uma parcela mais ou menos considerável de seus operários temporários. [...] Eis a lei de população que distingue a época capitalista e corresponde ao seu modo de produção particular” (Marx, O Capital, L. I, Cap. XXIII, item 3 - tradução da edição francesa: La Pléiade, T.1. p.1146)

de um exército de reserva industrial lastreado na superpopulação relativa é um fenômeno específico deste último.

2.4 O desenvolvimento da ciência

Desde o começo da produção capitalista os conhecimentos voltam-se contra o proletário e se desenvolvem unilateralmente; o capital apropria-se deles. Este fenômeno amplifica-se com a produção manufatureira e atinge seu ápice na grande indústria: a ciência torna-se uma força produtiva independente, arregimentada pelo capital.

Marx distingue o trabalho geral, o trabalho universal, do trabalho em comum, o trabalho coletivo. O primeiro diz respeito ao trabalho científico sob todas suas formas e, portanto, pode induzir a utilização do trabalho de gerações passadas, enquanto que o último repousa apenas na colaboração direta dos vivos¹².

No custo representado pela ciência, cujos desenvolvimento e incorporação no capital fixo no processo produtivo assumem um papel essencial no desenvolvimento da força produtiva do trabalho, Marx distingue:

- o custo de produção, o trabalho do científico que aprimora a ciência;
- o custo de reprodução, isto é, o trabalho do professor, do docente, do formador. Este custo é consideravelmente menor que o custo de produção. Um pesquisador pode dedicar uma vida inteira para aperfeiçoar uma teoria que é ensinada em questão de horas para uma turma inteira¹³. Em outro plano, observa-se que o custo do protótipo é geralmente incomensurável com o de sua reprodução;
- o custo de incorporação, isto é, o custo que corresponde ao trabalho do engenheiro ou do técnico.

As ciências não se desenvolvem no mesmo ritmo e se algumas, como, por exemplo, a mecânica, nascem antes do advento do capitalismo, é com a chegada deste que se desenvolvem (de maneira desigual) as ciências em que é maior a complexidade das relações¹⁴, enquanto recebem o impulso

¹¹ “Esse andamento singular da indústria, que não encontramos em nenhuma época anterior da humanidade, era também impossível no período da infância da produção capitalista. Então, o progresso técnico era lento e se generalizava ainda mais lentamente, e as mudanças na composição social do capital social mal se faziam sentir. Simultaneamente, a extensão do recém-criado mercado colonial, a multiplicação correspondente das necessidades e dos meios para satisfazê-los, o nascimento de novos ramos da indústria ativavam, com a acumulação, a demanda de trabalho. Embora pouco rápido, do ponto de vista de nossa época, o progresso da acumulação acabava chocando-se com os limites naturais da população e, veremos mais tarde, que somente com a força dos golpes do Estado é que se conseguia recuar estes limites. Tão somente sob o regime da grande indústria é que a produção de uma população supérflua torna-se uma mola regular da produção de riquezas.” (Marx, O Capital, L. I, Cap. XXIII, item 3 – tradução da edição francesa: La Pléiade, T.1. p.1148)

¹² “Diga-se de passagem que é preciso diferenciar entre trabalho geral e trabalho em comum. Ambos desempenham seu papel no processo de produção, ambos se confundem, mas ambos também se distinguem. Trabalho geral é todo trabalho científico, toda descoberta, todo invento. E condicionado em parte pela cooperação com viventes, em parte pela utilização dos trabalhos de antecessores. O trabalho em comum supõe a cooperação direta dos indivíduos.” (Marx, Capital, L.III, t.1, Coleção Os Economistas, p.80)

¹³ “O produto do trabalho intelectual – a ciência – sempre é muito inferior ao seu valor. De fato, o tempo de trabalho necessário à sua reprodução não tem relação nenhuma com o tempo de trabalho demandado pela sua produção original. Em uma hora, por exemplo, qualquer estudante pode aprender a teoria dos binômios.” (Marx, Teorias sobre a Mais Valia, tradução da edição francesa: Editions Sociales, T.1, p.412)

¹⁴ “A base científica da grande indústria, a mecânica [...] estava de certa maneira completa no século XVIII. Somente no século XIX, mais precisamente em suas últimas décadas, é que se desenvolvem as ciências que fornecem diretamente em um grau elevado as bases específicas tanto da agricultura quanto da indústria, da química, da geologia, da fisiologia.” (Marx, Teorias sobre a Mais Valia, tradução da edição francesa: Editions Sociales, T.2, pp.116-117)

necessário ao seu desenvolvimento¹⁵. A revolução industrial não para de revolucionar as condições de produção.

Além da necessidade técnica e do descompasso entre os ritmos de desenvolvimento¹⁶, é também pela maior dificuldade em compreender os sistemas orgânicos¹⁷ – inclusive devido ao pensamento metafísico que domina as mentes – que as ciências mais úteis à agricultura, por exemplo, se desenvolvem mais tardiamente e sempre encontram limites.

2.5 Crises de Superprodução

Esse desenvolvimento inédito da força produtiva do trabalho torna possível, conforme vimos, a formação de uma superpopulação relativa, mas também de crises periódicas de superprodução. Estes desastres arrasam a sociedade à semelhança das catástrofes naturais; entretanto, suas origens são tão somente sociais.

Para saciar sua sede de mais-valia, para que o capital se valorize, acresça-se com o máximo de mais-valia, ele deve simultaneamente se desvalorizar. A fim de diminuir o valor da força de trabalho, a produtividade do trabalho desenvolve-se, o que permite aumentar a massa e a taxa de mais-valia. Assim, não se desvalorizam apenas os elementos constitutivos da força de trabalho, mas todo o capital adiantado, incluindo, portanto, o capital constante (fixo ou circulante). Esses fatores atuam fortemente como contrabalanço à queda da taxa de lucro que decorre das modificações entre os diversos componentes do capital. Junto ao aumento da mais-valia, tudo o mais permanecendo constante, aumenta, portanto, a massa das mercadorias produzidas. Porém, a massa de mercadorias cresce em uma escala geométrica, enquanto o aumento da mais-valia segue uma razão aritmética. Se a produção de mais-valia não aumenta após a acumulação de capital, uma queda abrupta da taxa de lucro se traduz em uma superacumulação, isto é, uma superprodução de capital que paralisa o processo de reprodução. Do lado oposto, se a produtividade aumentar fortemente, a massa de mercadorias a ser realizada, a ser vendida, portanto a ser transformada em capital-dinheiro, só pode crescer. Novos mercados devem ser encontrados e a queda dos preços não é necessariamente suficiente para abri-los. Por outro lado, o poder de compra relativo das classes produtivas não é limitado apenas pelo próprio objetivo da produção capitalista – a mais-valia – como também tende a somente representar uma parcela cada vez menor do produto social. Como a capacidade de consumo da classe capitalista também é limitada, a crise de superprodução de mercadorias é que agora constitui a ameaça.

A crise de superprodução é ao mesmo tempo o sintoma de um desequilíbrio do sistema e o meio de reestabelecer o equilíbrio perturbado. Ela traduz-se em uma desvalorização brutal do capital, não tanto

¹⁵ “Vocês dizem que a técnica depende em grande parte do nível da ciência. Ora, esta última depende infinitamente mais do nível e das exigências da técnica. Quando a sociedade tem uma necessidade técnica, isto dá mais impulso à ciência do que fariam dez universidades. Toda a hidrostática (Torricelli, etc.) foi suscitada na Itália, nos séculos XVI e XVII, pela necessidade vital de regulação das torrentes de montanha. Só soubemos algo de racional acerca da eletricidade quando se descobriu sua utilização técnica.” (Engels à Borgius, 25/1/1894; há uma tradução em português de Portugal em www.marxists.org)

¹⁶ “Abstraindo das demais circunstâncias econômicas, em parte decisivas, tal situação já se esclareceria a partir da evolução anterior e mais rápida das ciências mecânicas, e, especificamente, de sua aplicação, em comparação com o desenvolvimento posterior e, em parte, bastante recente da Química, da Geologia e da Fisiologia, especialmente, mais uma vez, com a aplicação destas na agricultura.” (Marx, Capital, L.III, t.2, Coleção Os Economistas, p. 227)

¹⁷ “A essa pergunta podemos simplesmente responder que uma parte das matérias primas como a lã, a seda, o couro são produzidas por um processo orgânico animal, o algodão, o tecido, etc. ao final de um processo orgânico vegetal, e que a produção capitalista não conseguiu, e nunca conseguirá, controlar estes processos como ela controla os processos puramente mecânicos ou os processos químicos não orgânicos.” (Marx, Teorias sobre a Mais Valia, tradução da edição francesa: Editions Sociales, T.3, p.432)

a desvalorização ligada ao aumento da produtividade do trabalho – ainda que esta seja uma das modalidades da recuperação – mas as – o conceito é polissêmico – que decorrem do pousio do capital com seu séquito de queda dos lucros, de perdas e de reestruturações, de falências, enquanto novos capitais tentam impor-se precipitando a saída dos capitais mais debilitados. Ainda, a desvalorização assume a forma da destruição de valores de uso – mercadorias não vendidas que se deterioram, máquinas que não são mais empregadas e se estragam, canteiros de obras inacabadas e abandonadas– e da deflação, isto é, a queda geral e desastrosa dos preços. Paralelamente a isto, o capital fictício (títulos...) igualmente baixa e contribui para a ruína de alguns atores e para o enriquecimento de outros, favorecendo ainda a centralização dos capitais. Todos esses fatores, que esgotam a sociedade, permitem-lhe ao mesmo tempo retomar as bases para que o capital prossiga seu rumo à valorização. Entretanto, enquanto se desenvolve uma classe média e um trabalho não produtor de mais-valia que contribuem para criar um poder de consumo adicional e limitar a acumulação, a repetição dessas crises, tendencialmente mais graves, conduz a produção capitalista a renunciar à sua missão e a optar pela queda da taxa de lucro.

2.6 O novo mercado mundial

Um novo mercado mundial estabelece-se e novas relações de dominação internacionais ganham forma, baseadas na modificação da lei do valor em escala internacional. O capital industrial passa então a regular os preços mundiais, enquanto que no período anterior era o capital comercial. A modificação da lei do valor na escala mundial é um aspecto um tanto desconhecido da teoria de Marx. O comércio exterior, o mercado mundial, são condições indispensáveis para a existência do capital¹⁸. Eles são doravante determinados pela grande indústria. Tão logo se desenvolve a produtividade do trabalho e que este desenvolvimento não se dá de maneira uniforme nas nações, as diferenças entre as forças produtivas nacionais devem expressar-se no mercado mundial. Não há em Marx uma peregrinação das taxas de lucro na escala internacional¹⁹; tampouco há a formação de um preço mundial baseado em uma igualização dos valores nacionais (analogamente ao que ocorre entre as diversas empresas protagonistas

¹⁸ “Se o sobretrabalho ou a mais-valia se apresentasse apenas no produto nacional, o crescimento do valor devido ao amor pelo valor, e assim a extensão do sobretrabalho chocar-se-ia com os limites impostos pelo leque estreito dos valores de uso que representariam o valor do trabalho (nacional). Mas é o comércio exterior que desenvolve a verdadeira natureza do produto deste sobreproduto enquanto valor, a partir do momento em que ele faz do trabalho nele contido trabalho social, que se manifesta sob a forma de um leque infundável de valores de uso diferentes, dando assim um sentido à riqueza abstrata.... É tão somente o comércio exterior, a transformação do mercado em mercado mundial que metamorfoseia o dinheiro em dinheiro mundial e o trabalho abstrato em trabalho social. A riqueza abstrata, o valor, o dinheiro, portanto, o trabalho abstrato desenvolvem-se na medida em que o trabalho concreto evolui no sentido de uma totalidade dos diferentes modos de trabalho gerados pelo mercado mundial. A produção capitalista é baseada no valor, isto é, no desenvolvimento enquanto trabalho social do trabalho contido no produto. Mas isto ocorre tão somente na base do comércio exterior e do mercado mundial. É, portanto, tanto a condição quanto o resultado da produção capitalista.” (Marx, Teorias sobre a Mais Valia, tradução da edição francesa: Editions Sociales, T.3, p.297)

¹⁹ “Isso é particularmente importante quando se comparam taxas de lucro nacionais. Suponhamos que num país europeu a taxa de mais-valia seja de 100%, isto é, que o trabalhador trabalhe 1/2 dia para si e 1/2 dia para seu empregador; que num país asiático ela seja = 25%, isto é, que o trabalhador trabalhe 4/5 do dia para si e 1/5 para seu empregador. Suponhamos ainda que no país europeu, porém, a composição do capital nacional seja de $84c + 16v$, e no país asiático, onde se emprega pouca maquinaria etc. e em que dada quantidade de força de trabalho consome produtivamente, em dado tempo, relativamente pouca matéria-prima, a composição seja de $16c + 84v$. Temos então o seguinte cálculo:

No país europeu, o valor-produto = $84c + 16v + 16mv$, = 116; taxa de lucro = $16/100 = 16\%$.

No país asiático, o valor-produto = $16c + 84v + 21mv$, = 121; taxa de lucro = $21/100 = 21\%$.

Assim, a taxa de lucro no país asiático é mais de 25% maior do que a do europeu, embora a taxa de mais-valia daquele seja 4 vezes menor do que a deste.” (Marx, Capital, L.III, t.1, Coleção Os Economistas, p. 117)

no interior de um ramo de produção). De fato, a lei do valor é profundamente modificada no sentido em que, no mercado mundial, o trabalho mais produtivo conta como o trabalho mais intenso²⁰. Portanto, a nação onde o grau de produtividade do trabalho é o mais elevado, onde as mercadorias serão produzidas com o menor tempo social, será também a nação onde o nível geral dos preços será o mais elevado. Em geral, lá encontraremos a maior taxa de exploração e a maior composição orgânica do capital, enquanto a taxa de lucro será menor. O salário nominal e, normalmente, o salário real serão assim mais altos na nação mais rica. Devemos adicionar aos efeitos da produtividade os da intensidade, da qualidade e da qualificação do trabalho. Ainda que Marx não diga como esses elementos se articulam entre si, está claro que eles atuam no mesmo sentido e tendem, assim, a instaurar um nível geral de preços mais alto nas nações mais desenvolvidas do ponto de vista da produção capitalista. Este nível de preços passa pela taxa de câmbio entre as moedas. O valor da moeda do país mais desenvolvido é assim menor que o da moeda do país menos desenvolvido. Portanto, não há em Marx um valor único da moeda em escala mundial. Consequentemente, no regime do livre-câmbio, tão logo o país mais rico produz mercadorias que ele vende para um país menos rico e que reciprocamente ele importa, por exemplo, mercadorias deste último, estabelece-se uma troca desigual, pois o país rico trocará, por exemplo, uma jornada de trabalho contra três jornadas de trabalho do país menos desenvolvido²¹.

2.7 Poder político

A burguesia industrial sempre reivindica mais poder político, cuja forma acabada é a república democrática.

Ao mesmo tempo o proletariado moderno é criado e é doravante suficientemente forte para almejar a direção de uma sociedade que segue um rumo catastrófico. A república democrática (forma – particularmente frágil – que permite a dominação do conjunto da burguesia e que o proletariado também persegue energeticamente) constitui então o último campo de batalha entre as classes, cujo desenlace traduz-se seja pelo triunfo da reação, seja pela ditadura proletária.

²⁰ “Em cada país vale certa intensidade média do trabalho, abaixo da qual o trabalho para a produção de uma mercadoria consome mais tempo que o socialmente necessário, e por isso não conta como trabalho de qualidade normal. Apenas um grau de intensidade que se eleva acima da média nacional, num país dado, muda a medida do valor pela mera duração do tempo de trabalho. Não ocorre o mesmo no mercado mundial, cujas partes integrantes são os vários países. A intensidade média do trabalho muda de país para país; é aqui maior, lá menor. Essas médias nacionais constituem assim uma escala, cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Comparado com o menos intensivo, o trabalho nacional mais intensivo produz pois, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais dinheiro.

Porém a lei do valor é modificada ainda mais em sua aplicação internacional pelo fato de que no mercado mundial o trabalho nacional mais produtivo conta também como mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor.” (Marx, *Capital*, L.I, t.2, Coleção Os Economistas, p.189-190)

²¹ “Três jornadas de trabalho de um país trocam-se contra uma só de outro país [...] ou, ainda, as jornadas de trabalho de países diferentes podem ser entre elas, como no interior de um país, o trabalho qualificado ou complexo, trabalho não qualificado ou simples.

Neste caso, o país mais rico explora o país mais pobre mesmo se este último ganha na troca.” (Marx, *Teorias sobre a Mais Valia*, tradução da edição francesa: Editions Sociales, T.3, p.102)